



Número: **8023487-13.2021.8.05.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Presidência - Núcleo de Precatórios**

Órgão julgador: **Núcleo de Precatórios**

Última distribuição : **28/07/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (REQUERENTE)	
MUNICIPIO DE JAGUARARI (REQUERIDO)	
	BRUNA LEITE DUARTE (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
99049 439	20/02/2026 19:08	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Presidência - Núcleo de Precatórios

Processo: PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 8023487-13.2021.8.05.0000
Órgão Julgador: Presidência - Núcleo de Precatórios
REQUERENTE: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Advogado(s):
REQUERIDO: MUNICIPIO DE JAGUARARI
Advogado(s): BRUNA LEITE DUARTE (OAB:BA55758-A)

DECISÃO

O **MUNICÍPIO DE JAGUARARI**, submetido ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, em atenção às diretrizes firmadas no **ID 97590690**, se manifestou em concordância com Plano de Pagamentos de Precatórios para o ano de 2026 apresentado por este NACP.

De fato, por estar enquadrado no Regime Especial de Pagamento de Precatórios, o ente devedor se submete às disposições do art. 101 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 109/2021.

Ademais, importa ressaltar que a Emenda Constitucional nº 136, de 09 de setembro de 2025, alterou o regramento constitucional concernente ao processamento e pagamento de precatórios, em especial impondo limite ao pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, apurado na forma do § 23 do art. 100 da Constituição Federal.

Enfatiza-se que, a teor do § 6º do art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, incluído pela EC 136/2025, o disposto nos §§ 23 a 30 do art. 100 da Constituição Federal aplica-se ao Regime Especial de Pagamento de precatórios.

Particularmente, a EC 136/2025, no seu art. 7º, eliminou o prazo para cumprimento do Regime Especial de pagamento de precatórios, anteriormente fixado em 31/12/2029 pelo art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Além disso, no tocante à fórmula de cálculo do teto de pagamento de precatórios, a EC 136/2025 utilizou como parâmetro o valor do “estoque de precatórios em mora, atualizados



monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro”.

Na manifestação apresentada (**ID 97852064**), o Município de Jaguarari anuiu com o Plano Anual de Pagamento para o exercício de 2026, em conformidade com as normas constitucionais e com os parâmetros mínimos fixados por este Núcleo de Precatórios no despacho de **ID 97590690**, devendo, por isso, ser **HOMOLOGADO**.

Dessa forma, considerando que o estoque em mora devido pelo Município de Jaguarari o enquadra na faixa limite de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), a teor do § 23 do art. 100 da Constituição Federal, o montante total devido no exercício 2026 corresponde a **R\$ 4.066,39**, a ser adimplido mediante **aporte único de R\$ 4.066,39, no mês de março de 2026**.

Nos termos do art. 9º, *caput*, do Provimento nº 207/2025 da Corregedoria Nacional de Justiça, os valores a serem aportados pelo Município de Jaguarari deverão ser depositados diretamente nas contas especiais de cada Tribunal perante o qual o ente possua dívida consolidada de precatórios. Consequentemente, as certidões de regularidade serão emitidas por cada Tribunal, acerca de seu próprio acervo.

As orientações relativas aos depósitos no TRT5, TRF1 e TJBA encontram-se consolidadas no portal <https://www.tjba.jus.br/portal/precat-tjba/>, “Orientações para depósito em conta judicial de precatórios”.

Na hipótese, considerando que o pagamento do aporte único deverá ser depositado diretamente na conta especial do TRF - 1ª região, o ente Municipal deverá observar as orientações para o respectivo depósito, conforme acima registrado.

Publique-se. Intime(m)-se. Cumpra-se.

Salvador, data registrada no sistema.

ADRIANA SALES BRAGA

Juíza Assessora Especial da Presidência - NACP

HP

